

Nº. 478 - novembro 1988

Aconteceu

VIOLÊNCIA NA GREVE DA USP

A polícia reprimiu com bombas de gás e muita violência a manifestação de professores, alunos e funcionários da USP, Unesp e Unicamp, em São Paulo.



Foto Douglas Mansur



Foto Vera Jurys

São Paulo homenageia D. Pedro Casaldáliga

D. Pedro recebeu a medalha de benemérito da cidade e lançou seu livro, *Na Procura do Reino*, na capital paulista. Em entrevista ao *Aconteceu* disse que o episódio com o Vaticano está superado e que escreverá, em breve, ao Papa sobre o assunto. (Pág. 13)

Kube-I anuncia reunião de lideranças

O cacique Kube-I, processado pela Lei dos Estrangeiros, está preparando para janeiro uma reunião com todas as lideranças indígenas. Seu advogado disse que o processo contra os índios está se esvaziando.

(Pág. 7)

SARNEY É VAIADO EM BRASÍLIA

Os grevistas não deixaram por menos. Ao passarem pela Esplanada dos Ministérios, soltaram uma estrondorosa vaia contra Sarney. (Pág. 3)

Sarney leva 106 pessoas ao Uruguai

A comitiva brasileira voltou a assombrar, pelo seu tamanho, os jornalistas internacionais, como ocorre sempre nas viagens do presidente José Sarney. O Brasil é o país que enviou a Punta Del Este, no Uruguai, a maior delegação para a reunião do Grupo dos Oito, semana passada, e conseguiu superar até mesmo o presidente mexicano, Miguel de la Madrid, que costuma viajar pelo mundo cercado de grande aparelho oficial. Para passar quatro dias neste sofisticado balneário uruguaio, 106 pessoas ficaram hospedadas em dois hotéis e na residência oficial de La Dalmacia (onde foi acomodado Sarney). O presidente argentino Raul Alfonsín desembarcou em Pun-

ta del Este acompanhado por apenas 12 auxiliares.

Os diplomatas brasileiros foram cerca de 30, os militares 41 e muitas outras pessoas compareceram sem motivo aparente que justifique suas presenças, como o diretor do Instituto do Coração de São Paulo, doutor Belotti. Os brasileiros chegaram de avião oficial divididos entre o escalão precursor do Palácio do Planalto e o avião 737 da FAB que acompanha Sarney nas viagens de menor distância. A comitiva brasileira de diplomatas, militares e assessores foi maior do que a uruguaia. (JB - 28/10/88)

Bandeira americana é queimada em passeata

Uma passeata pelo não pagamento da dívida externa levou cerca de 4 mil pessoas em greve até a porta do Consulado Geral dos Estados Unidos, no Rio. O auge do protesto aconteceu por volta de 20h, quando uma bandeira americana foi queimada. Da passeata participaram estudantes secundários e universitários que se colocam contra a privatização do ensino e que ocupam o prédio do MEC há mais de três semanas, previdenciários, servidores municipais, estaduais e federais e funcionários dos cinco hospitais federais do Rio, que entraram dia 20 em greve. A decisão dos servidores de saúde de participar da passeata foi decidida em assembleia no Maracanãzinho, como forma de fortalecer seu movimento.

O Coronel Robério Pimentel, do 5º BPM, comandou o efetivo de mais de 250 policiais que esteve nas ruas do Centro. A

passeata fez parte do Dia Internacional Contra a Dívida Externa, organizado no Rio pela Central Única dos Trabalhadores (CUT). Florinda Lombardi, Presidenta do Conselho Estadual dos Profissionais de Ensino (Cepe) e porta-voz do comando de greve dos servidores, tornou a desafiar o Prefeito Saturnino Braga a ir para às ruas, lutar pelas verbas de que o Rio precisa.

Políticos também estiveram presentes no ato. Os representantes do Partido Verde (PV), do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Partido Democrático Trabalhista (PDT) atacaram o que chamaram de vil imperialismo, com palavras de ordem contra o pagamento da dívida externa. Aos gritos de "Fora FMI" e ao som da canção "Para não dizer que não falei de flores", os manifestantes se retiraram pacificamente. (O Globo - 21/10/88)

Aconteceu
Nº. 478 - novembro 1988
CEDI Centro Ecumênico
de Documentação
e Informação
Rua Cosme Velho, 98 Fundos
Telefone: (021) 205-5197
22241 - Rio de Janeiro - RJ

Av. Higienópolis, 963
Telefone: (011) 825-5844
01236 - São Paulo - SP

Conselho de Publicações
Carlos Alberto Ricardo
Carlos Cunha
Flávio Irala (Coordenador)
Jether Pereira Ramalho
Luís Flávio Rainho
Maria Cecília Jorio
Maurício Waldman
Vera Maria Massagão Ribeiro
Xico Teixeira

Editor
Xico Teixeira
Editora assistente
Lúcia Dutra
Secretaria
Eliane Lobato
Composição
Kátia Simões
Dálva Celeste
Produção Gráfica
José Truda Jr.
Lúcia Carrera
Distribuição
Ricardo Justo
Fotolitos e impressão
Tribuna da Imprensa

Grevistas em passeata vaiam Sarney em Brasília

O presidente José Sarney recebeu dia 31 mais uma vaia de mais de dez mil vozes dos funcionários públicos em greve há quase um mês durante passeata na Esplanada dos Ministérios. A manifestação foi em repúdio à morosidade com que o governo conduz as negociações sobre o reajuste salarial da categoria. Os grevistas exigem 75% e o governo ainda não apresentou sua contraproposta.

Durante o trajeto de dois quilômetros os grevistas pararam em frente ao Congresso Nacional onde pediram apoio dos parlamentares

ao movimento. Apenas o senador Maurício Corrêa, PDT, Brasília, desceu para conversar com os funcionários, dando início a sua campanha ao governo do Distrito Federal no próximo ano.

O governo concorda em pagar a URP de maio, de 16,19%, aos funcionários públicos federais para que suspendam o movimento paralisação que atinge todos os estados da federação e prejudica o trabalho em 17 dos 22 Ministérios existentes. (JB - 1º/11/88)

Greves se alastram no Rio Grande do Norte

As greves começam a se alastrar no Rio Grande do Norte. Os professores da Rede Estadual continuam parados. O município de Natal tem os servidores da administração direta e indireta, área de saúde e até mesmo, funcionários do gabinete do prefeito ameaçando aderir ao movimento. Na área federal, previ-

denciários ainda permanecem em greve. O Banco do Brasil também suspendeu as atividades e os servidores do IBDF, IBGE e Delegacia Regional do MEC devem a qualquer momento engrossar as fileiras dos grevistas. (Correio Braziliense - 21/10/88)

Metalúrgicos e Fiesp reeditam "gatilho" em SP

A partir de novembro, toda vez que a diferença entre o Índice de preços ao Consumidor (IPC) e a Unidade de Referência de Preços (URP) atingir 10%, os 500 mil trabalhadores de empresas metalúrgicas de São Paulo, Osasco e Guarulhos receberão automaticamente 75% dessa defasagem, numa reedição do gatilho salarial que vigorou entre março de 86 e maio de 87. Os 25% restantes ficarão como resíduo para a compensação seguinte.

Esse sistema de reposição de perdas é a principal inovação do acordo coletivo de trabalho que o Grupo 19 da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) propôs dia 27 aos sindicatos de metalúrgicos dos três municípios. A proposta foi aprovada em assembleias realizadas à noite em São Paulo e Osasco e rejeitada em Guarulhos, onde três mil dos 75 mil trabalhadores da categoria (comprometimento de 4%) não aceitaram o aumento real de 8% oferecido pela Fiesp e decidiram insistir na reivindicação inicial de 15%.

A Fiesp propôs um reajuste global de 52,02%, sendo 40,76% a título de reposição salarial, com base na previsão de uma inflação de 28% para outubro. Pela proposta, os me-

talúrgicos passarão a ter apenas dois pisos salariais, de CZ\$ 66.000,00 nas empresas com até 700 empregados e de CZ\$ 73.920,00 nas empresas com mais de 700 trabalhadores. Foi eliminado o piso para empresas com até 50 empregados, atualmente CZ\$ 31.008,00 porque, mesmo reajustado, ele acabaria sendo inferior ao novo salário mínimo a ser calculado com base na Constituição.

"Acordo digno"

Tanto o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luiz Antonio de Medeiros, como o diretor do Departamento de Cooperação Sindical da Fiesp, Roberto Della Manna, ficaram satisfeitos com o desfecho das negociações e afirmaram que elas facilitam os entendimentos para o acordo antiinflacionário.

Em Guarulhos, a rejeição da proposta surpreendeu a diretoria. "Não era o que queríamos, mas era uma proposta razoável. Como é a base quem decide, vamos continuar negociando com a Fiesp", disse o diretor Odorico Fernandes. Ele informou que foi convocada nova assembleia. (FSP - 28/10/88)

Índios deixam posto e soltam reféns

O grupo de cem índios Pancararu, Xucuru e Jiripancó que invadiu e ocupou dia 26 de outubro o escritório da delegação da Fundação Nacional do Índio (Funai), em Paulo Afonso, Norte da Bahia, decidiu deixar o local na tarde do dia 27 e libertar os dois funcionários mantidos como reféns, Elzanira Martins do Nascimento e Wilton Andrade.

Os índios entraram na sede da fundação, onde ficaram por mais de 30 horas, armados com arcos, flexas e bordunas para protestar contra a demissão do ex-administrador da Funai na área, Walfredo Silva, que foi substituído recentemente por

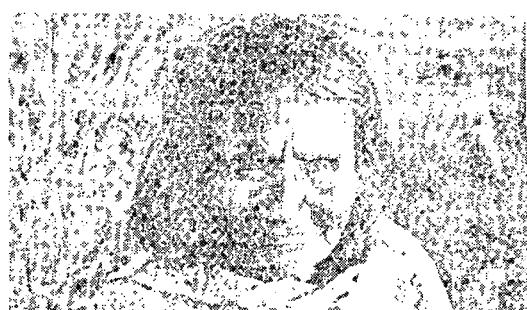
Paulo Fernandes, considerado estranho à causa dos índios.

A líder da rebelião, a índia Quitéria Dinga, explicou que os indígenas saíram do escritório para discutir com a Funai em Recife a volta de Walfredo ao cargo. "Se não adiantar vamos a Brasília falar com o presidente da República", prometeram.

O grupo de índios não quer o novo chefe e alega que ele não conhece o problema das tribos na região. Eles afirmam que o antigo administrador lutava pela demarcação de terras indígenas. (O Estado S. P. - 28/10/88)

Morre Maria Rosa e tribo desaparece

Com a morte da índia Maria Rosa, aos 122 anos de idade, na noite de sábado, está extinto o grupo indígena Oti-Xavante, típico do interior do Estado de São Paulo. Ela morreu no posto Icatu, mantido pela Funai no município de Braúna, região Noroeste do Estado. Solteira, não teve filhos para preservar a tribo, dizimada no século passado. (O Estado de São Paulo - 25/10/88)



Maria Rosa morreu sábado, aos 122 anos

PF e funcionários da Funai procuram Cacique

Atendendo à reivindicação dos índios Suruí que no dia 24 de outubro ocuparam a sede de sua administração regional em Pimenta Bueno (RO), a Funai enviou dia 25 equipe de funcionários e três agentes da Polícia Federal para tentar localizar o cacique Iamine, desaparecido desde o dia 16, quando ocorreu um conflito com peões de empresas madeireiras na área indígena Zoró em Aripuanã, no extremo noroeste de Mato Grosso. Junto com os funcionários da Funai e agentes federais seguiram dois filhos

de Iamine. O também cacique Suruí Itabira, que participou da ocupação da sede da Funai em Pimenta Bueno, disse dia 25 que, com a chegada dos policiais federais, os índios devem voltar a suas aldeias e "esperar para ver o que vai acontecer".

Itabira disse também, que os Suruí querem não só encontrar Iamine - vivo ou morto - mas também que a Polícia Federal identifique e prenda os brancos envolvidos no tiroteio durante o qual desapareceu o cacique. (JB - 26/10/88)

Massacre de índios - sempre?

Cerca de 20 anos a opinião pública internacional ficou estarrecida com o tratamento dispensado aos índios no Brasil. Tratava-se do extermínio de um grupo familiar Cinta-Larga, ocorrido nos confins de Rondônia, a mando de fazendeiros locais. Correu mundo a foto de uma índia amarrada pelos pés e pendurada de ponta-cabeça, com o estomago aberto por facão. Era a técnica que os regionais usavam para abater porcos. O registro da atrocidade ganhou a primeira página de jornais no mundo inteiro e horrorizava a todos que o viam. Que país era esse que podia conviver com tais atrocidades? Passada a consternação, tudo chega bem próximo do que pretendiam os criminosos. Até hoje, os Cinta-Larga ainda lutam para regularizar suas terras invadidas por mineradoras, garimpeiros e grileiros. O único detido, um débil mental que auxiliou na expedição, morreu recentemente, enquanto o fazendeiro mandante só fez aumentar sua fama de valente e machão.

No dia 28 de maio deste ano, na localidade de Capacete, à beira do Rio Amazonas, o madeireiro Oscar Castelo Branco, que se sentia prejudicado com o decreto e a posterior demarcação da área indígena São Leopoldo, resolveu "lavar a sua honra" com uma ação que entrará para a crônica dos horrores. Matou a única cabeça de gado que os índios possuíam e armou a sua cilada. Resultado: 14 Tikuna foram mortos. 22 outros foram feridos a bala. Dos

mortos, dez não tiveram sepultura, pois seus corpos foram jogados na correnteza do Amazonas. Cinco desses corpos eram de crianças. Entre os feridos existem velhos, mulheres e crianças. Tal rastro de sangue era a compensação pelas 600 toras de madeira que retirava anualmente da floresta.

Mal a reação da opinião pública nacional e internacional se aquietou, tudo volta ao ponto desejado pelos criminosos. O processo judicial passa da esfera federal para o juiz local, os assassinos são soltos, a Funai demite professores índios que denunciaram o massacre e persegue antrólogos que os ajudaram a divulgar o fato. Prepara-se a impunidade completa. Mas o pior está por vir. Agora, os regionais ameaçam constantemente os índios com a repetição da chacina em outros locais onde existam conflitos de terra. Continuam incursões armadas em áreas habitadas pelos índios, onde o Executivo arrasta indefinidamente o processo de regularização. A área Evare I e II, santuário ecológico e ponto mítico de origem da tribo Tikuna, com 46 aldeias e mais 12 mil índios, continua tendo devastados suas matas e lagos. Estão criadas todas as condições para um massacre de proporções ainda maiores. O que faz o poder público para cumprir a legislação indigenita e proteger efetivamente os índios?

João Pacheco de Oliveira Filho é antropólogo do Museu Nacional - UFRJ

Isto é Senhor - 26/10/88)

Xucuru em pé de guerra contra invasores

Mais de 4.500 índios Xucuru, localizados no distrito de Cimbres, no município pernambucano de Pesqueira, a 200 quilômetros do Recife, estão em pé-de-guerra, mobilizados em torno da exigência de demarcação de suas terras, constantemente invadidas por fazendeiros, prevendo-se um confronto de graves proporções com os invasores se a FUNAI não atender as reivindicações dos indígenas.

Os Xucuru exigem também a contenção dos projetos pecuários na área, além da imediata aplicação em seu benefício dos dispositivos estabelecidos na nova Constituição, ficando assegurado assim seus direitos materiais, culturais e históricos, sabendo-se que eles vivem na região desde o século passado. (Diário Popular - 28/10/88)

Avá-Canoeiro é encontrado na Bahia

O índio arredio, provavelmente da tribo em extinção dos Avá-Canoeiro, que há três semanas está vivendo com agricultores no projeto Angical I, do Ministério da Reforma Agrária, Oeste da Bahia, está sendo rapidamente preparado para uma nova aventura. No dia 28, ele foi levado para Brasília pela Funai que vai tentar integrá-lo ao pequeno grupo Avá-Canoeiro, que vive em Minaçu, Norte de Goiás.

Deitado numa rede que ganhou há dois dias e falando sempre baixo em sua língua de origem, o tupi, Avá, como ele está sendo chamado, recebeu dia 27 a visita de dois sertanistas da Funai. Eles foram para lá atendendo os apelos dos técnicos que trabalham no projeto para que o órgão tutor tomasse alguma providência.

O coordenador das frentes de atração da Funai, Sidney Possuelo, e o sertanista Wellington Figueiredo passaram a manhã procurando ganhar a confiança do índio, o que não foi difícil. Possuelo mostrou-lhe fotos de outros Avá-Canoeiro já em contato com a Funai e foi

pródigo em afagos e abraços sempre retribuídos pelo risonho Avá.

Os sertanistas examinaram as flexas e o arco que o índio guarda com cuidado, além de seus poucos pertences, chegando à mesma conclusão dos antropólogos sobre seu grupo de origem. Persiste no entanto uma dúvida que os sertanistas estão procurando esclarecer: Avá estava mesmo sozinho ou com grupo de índios que teriam sido obrigados a fugir antes de serem descobertos pelos agricultores?

Espelina Rosalina hospeda o índio em seu casebre de taipa, de três cômodos, e acha que podem existir outros ainda na área.

"Para mim, ele é como uma criança, eu acho graça nas confusões que apronta", diz dona Rosalina. Sua visão maternal do índio, no entanto, não impediou que Avá enfrentasse situações perigosas. Houve quem lhe oferecesse cachaça e uma pessoa chegou a sugerir que ele era bastante forte para ser empregado no serviço pesado de desmatamento. (O Estado S. P. - 28/10/88)

Liminar susta redução de terra dos Guajá

Os índios Guajá, que vivem na área Aua, no Maranhão, recuperaram dia 26 de outubro 111 mil hectares de terra que foram retirados da tribo pela portaria interministerial nº 158, de setembro. O ministro Eduardo Ribeiro, do Tribunal Federal de Recursos (TFR), concedeu dia 27, em Brasília, a liminar para sustar os efeitos da portaria, até que o mandado de segurança, impetrado pelo Ministério Público, seja julgado.

O mandado de segurança pretende "desconstituir" a portaria 158, que substitui uma anterior - a 76, de maio - que declarou toda a

área como de ocupação indígena. A primeira medida foi impugnada também por mandado de segurança, só que impetrado por 36 pecuaristas que reivindicam a propriedade de 60% das terras dos índios Guajá.

O sub-procurador geral da República, Cláudio Fontes, impetrhou o mandado a favor dos indígenas. Segundo o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) essa foi a primeira vez que o Ministério Público utilizou suas novas atribuições de defesa dos direitos dos índios, previstos no artigo 129 da Constituição. (O Estado S. P. - 28/10/88)

Índios pedem estradas ao governo de MT

Pintados de vermelho e preto, símbolo da alegria, um grupo de índios Myky juntamente com centenas de populares recepcionaram o governador Carlos Bezerra em Brasnorte. O primeiro dos quatro municípios de Mato Grosso visitados pelo governador na última sexta-feira, dia 28. Os índios foram reivindicar melhorias de condições das estradas que dão acesso a sua aldeia, localizada a 52 quilômetros do recém-criado município.

Além da estrada, os índios Myky pediram a Carlos Bezerra que as demarcações territoriais das tribos que vieram naquela região sejam preservadas. Felizmente nunca tivemos este problema, mas nos preocupamos com nossos irmãos que estão vendendo suas terras invadidas por colonos brancos, disse o escritor e missionário Thomaz Lisboa, que vive com os índios. (O Estado de Mato Grosso - 28/10/88)

Indígenas do Xingu vão discutir hidrelétrica

Foto Vera Jursys



Os índios Kaiapó Paulinho PaiaKâ e Kube-I, ameaçados de expulsão do Brasil, juntamente com o antropólogo norte-americano Darrel Posey, anunciaram uma reunião em Altamira, no dia 10 de janeiro, com todas as nações indígenas ameaçadas de perder suas terras com a construção de uma hidrelétrica no rio Xingu, no Pará. Os três haviam solicitado ao Banco Mundial, em fevereiro, a suspensão de um empréstimo de US\$ 500 milhões para a construção da barragem.

Eles deram uma entrevista coletiva dia 28, no Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi), para denunciar a tentativa de expulsão pelo governo brasileiro, com base na Lei dos Estrangeiros, e convidar jornalistas, professores e cientistas a participar do encontro em Altamira. Paulinho PaiaKâ disse que, se o governo mantiver a ameaça de expulsão, os índios exigirão independência para governar seu próprio país.

Na opinião do advogado Luis Eduardo Greenhalgh, trata-se de um processo "nati-morto", que deve ser encerrado quando o Tribunal Federal de Recursos julgar seu pedido de habeas corpus impetrado na semana passada para trancar a ação penal. Segundo ele, o processo tem um erro grosseiro do ponto de vista jurídico: processar dois índios brasileiros com

base na Lei dos Estrangeiros é um cidadão estrangeiro por ter dado, fora do Brasil, uma opinião científica.

Processo político

O outro advogado do processo, José Carlos Castro, acredita que o governo quer intimidar os índios: "Trata-se de um processo político, porque o governo quer os índios sob o controle dos serviços de informação e que os cientistas não sejam críticos". O antropólogo Carlos Alberto Ricardo, do Cedi, lembrou que a reserva dos Kaiapó, cuja demarcação ainda não foi homologada pelo presidente da República, é muito cobiçada por empresas mineiradoras por causa de ouro e cassiterita.

Para Darrel Posey, independente do resultado do processo, permanecerá sobre a comunidade indígena e pesquisadores uma grave ameaça. "De agora em diante, qualquer um pensará três vezes antes de dizer alguma coisa. Isso é triste. Os cientistas ficarão com seus projetos paralisados e impedidos de ter acesso às comunidades, enquanto os garimpeiros e mineradores entram e saem das reservas na hora que querem", lamentou o antropólogo. (O Estado S. P. - 29/10/88)

Acontecendo

Baianos

O governador mineiro Newton Cardoso foi buscar dia 27 em sua terra, a Bahia, um reforço para a campanha do deputado Álvaro Antônio, seu candidato à Prefeitura de Belo Horizonte: o cantor e compositor Gilberto Gil.

- Vamos carnavaлизar e popularizar a campanha - prometeu Gil.

Ele só não disse de quanto é o cachê. (Canal 3 - O Est. S. Paulo - 28/10/88)

Prejuízo

A Secretaria da Receita Federal gasta CZ\$ 50 mil por dia com o aluguel de um carro para servir ao secretário Reinaldo Mustafa, já que seu motorista aderiu à greve dos servidores públicos.

Em dez dias, completados no dia 28, o custo do aluguel chegou a CZ\$ 500 mil. Cerca de CZ\$ 20 mil a mais do que ganha em um ano o motorista. (Canal 3 - O Est. S. Paulo - 28/10/88)

Em círculo

Desabou dia 27 sobre a mesa do ministro interino do Trabalho, Ronaldo Costa Couto, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, um "telegrama-circular-urgente". Determina o cumprimento da complicada norma de feriados baiada pelo governo para o Dia de Finados.

O telegrama foi remetido de outro gabinete, localizado no Palácio do Planalto, pelo autor das normas: o chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto. (Canal 3 - O Est. S. Paulo - 28/10/88)

Energia

Cresceu nada menos que 250%, em relação ao ano passado, o número de projetos a base de energia solar na Itália.

Isso por causa, principalmente, do cerco crescente aos projetos nucleares.

Além de carros e aviões já existem cidades inteiras, como Monte Rosa, Adrano e Mansfédonia, onde a utilização da energia solar é bastante difundida.

Enquanto isso, no Brasil - a terra do sol - investe-se em submarino nuclear 1,6 bilhão de dólares. (Informe JB - 27/10/88)

Norte-Sul

A Eletrobrás instala esta semana um grupo que vai estudar a transmissão de energia da Amazônia para o Sul-Sudeste.

A proeza custaria ao país nada menos que 40 bilhões de dólares. (Informe JB - 27/10/88)

Peso pesado

Um caminhão subiu dia 26, às 11h15, a Alameda Campinas, em São Paulo, e ganhou a Avenida Paulista - um trecho da cidade interditado a veículos de carga no horário comercial.

Mas a guarda de trânsito do local limitou-se a passar a mão na cabeça.

Não poderia fazer nada mesmo: o caminhão não tinha placas para que ela o multasse. E ainda por cima era do Exército. (Informe JB - 27/10/88)

Aleluia

Nem tudo está perdido.

Um turista carioca recém-chegado de Maciá recebeu um telex do Hotel Jatiúca, onde ficou hospedado.

Era para avisar que haviam cobrado CZ\$ 15 mil a mais e que o dinheiro estava à sua disposição. (Informe JB - 27/10/88)

Nunca mais

Apesar da nova Constituição e seu vasto elenco de liberdades individuais em vigor e tudo mais, os amigos do senador Mário Covas suspeitam de que pelo menos um de seus telefones em São Paulo esteja sob algum tipo de escuta.

É um telefone que tem o prefixo 813. (Informe JB - 27/10/88)

No forno

Está pronto e deve sair em novembro, pela Brasiliense, o novo livro do economista e ex-deputado Eduardo Matarazzo Suplicy. **Da Distribuição de Renda e dos Direitos da Cidadania** terá 300 páginas de entrevistas com ex-ministros da área econômica, empresários e sindicalistas.

Pelas opiniões ali registradas, dá para entender por que o pacto social não passa de uma querela. (Canal 3 - O Est. S. Paulo - 26/10/88)

Distância

O presidente da Assembléia Legislativa de Minas, deputado Neif Jabour, não conseguia trabalhar por causa da confusão provocada pelos funcionários públicos. Resolveu, então, fechar a rua lateral que dá acesso ao Palácio da Inconfidência, sede do legislativo estadual.

Os gritos e a cantoria contra o governador Newton Cardoso ficaram a 300 metros de distância. (Canal 3 - O Est. S. Paulo - 26/10/88)

Falhou

Falhou dia 25 o lítio que o deputado Ulysses Guimarães toma religiosamente para evitar a confusão mental que o acomete nos momentos de tensão. Ele recebia um grupo de políticos da Alta Paulista e fez referências à saudade "da meninice passada em Cafelândia".

Na verdade, Ulysses viveu dos 4 aos 19 anos no município de Lins. As duas cidades, da mesma região, mantêm uma tradicional e exacerbada rivalidade bairrista. (Canal 3 - O Est. S. Paulo - 26/10/88)

Ao trabalho

O problema criado no Ministério da Justiça pelo fim da censura, decretado com a vigência da nova Constituição, acaba de ser solucionado: os antigos censores - são 213 em todo o país, a maioria lotada no Rio, Brasília e São Paulo - vão cuidar de assuntos estritamente administrativos. (Canal 3 - O Est. S. Paulo - 26/10/88)

Arsenal

Começou a chegar ao gabinete de Ulysses Guimarães, para utilização futura, uma farta documentação sobre benesses dos cofres públicos para empresas de parentes e amigos do ministro Antônio Carlos Magalhães.

Boa parte dessa documentação refere-se às atividades de uma empreiteira de Salvador dirigida por um genro do ministro. (Painel FSP - 28/10/88)

Exagero

Como os dois "Boeing 737" presidenciais estavam em Montevidéu, Ulysses viajou dia 27 para São Paulo à bordo de um enorme "Boeing 707" da FAB, o mesmo que levou Sarney em seu recente giro pela Europa.

Com Ulysses viajou uma pequena comitiva, que caberia perfeitamente em dois jatinhos da frota ministerial, bem mais rápidos e econômicos. (Painel FSP - 28/10/88)

Sociedadde anônima

Do empresário Antônio Ermírio de Moraes, dia 27, numa solenidade:

"Um dos maiores erros da história foi termos derrubado o João Goulart em 64".

Dante do espanto dos jornalistas, esclareceu que o sujeito da ação a que se referia era a sociedade. (Painel FSP - 28/10/88)

Diálogo de surdos

Mais um exemplo de comunicação de Sarney com brasileiras e brasileiros: sua fala no Uruguai, transmitida em cadeia de rádio e TV para todo o país, foi em "portunhol".

A EBN, por sua vez, enviou aos jornais a íntegra do discurso em espanhol, sem tradução. (Painel FSP - 28/10/88)

Lógica

Do porta-voz da Presidência, Carlos Henrique Santos, sobre o tamanho da delegação brasileira: "O Brasil tem 140 milhões de habitantes, ora".

Candidatos, apresentem-se em ordem alfabética. (Painel FSP - 28/10/88)

Trapézio

Do ex-ministro Fernando Lyra:

"Tá bom, ninguém vai virar a mesa. Mas quem é que vai desvirar o país, que está de cabeça para baixo?" (Painel FSP - 28/10/88)

ONU condena como racista eleições municipais na África do Sul

A Assembléia Geral da ONU condenou praticamente por unanimidade as eleições municipais realizadas na África do Sul na quarta-feira, dia 26, julgando-as "contrárias aos princípios" da organização. Com 146 votos a favor, nenhum contra, e as abstenções dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha, a Assembléia Geral aprovou uma resolução segundo a qual as eleições - em que o eleitor e candidato tinham de ser da mesma raça - serviram "apenas para agravar a tensão e os conflitos" na região.

Segundo funcionários do governo sul-africano, 24,6% dos negros habilitados a votar participaram da eleição. Isso significa cerca de 350 mil eleitores, menos de 1,5% do total de 26 milhões de negros do país. Ainda assim, líderes do Partido Nacional, há 40 anos no poder, mostravam-se satisfeitos com a participação negra e com desempenho do partido frente aos seus rivais conservadores na disputa pelo eleitorado branco.

Antes mesmo da divulgação do número oficial de negros votantes, o ministro do Desenvolvimento Constitucional, Chris Heunis, declarou que "uma porcentagem significativa votou a favor da evolução pacífica das reformas na África do Sul", segundo ele uma prova de que muitos negros apoiam as medidas prometidas pelo governo. "Essas pessoas mostraram que a estrutura constitucional, que está em desenvolvimento, é aceitável para eles", afirmou.

O bispo Desmond Tutu, que juntamente

com líderes anti-apartheid do Congresso Nacional Africano (CNA) conclamou a população negra a boicotar a votação, ridicularizou a posição do governo. "Se você faz uma prova e acerta 30% você é reprovado", disse o bispo. Já o chefe zulu Mangosuthu Buthelezi, líder negro moderado que polemiza com o bispo Tutu, declarou-se preparado para negociar com Botha a criação de uma verdadeira democracia na África do Sul.

Esta foi a primeira vez que negros, brancos, indianos e mestiços votaram no mesmo dia, ainda que para conselhos diferentes. Apesar do clima tenso que levou tropas armadas às ruas e aos postos de votação, devido aos protestos e atentados promovidos pela CNA, a eleição transcorreu sem maiores incidentes. Além do boicote negro, o governo enfrentou a concorrência do Partido Conservador, de extrema direita, que combate as modestas reformas prometidas pelo governo do presidente Botha.

Apesar de obterem vitórias na maioria dos conselhos de Transvaal, a mais rica e mais populosa das quatro províncias sul-africanas, os conservadores não conseguiram a vantagem que esperavam. O Partido Nacional, de Botha, manteve o controle na capital Pretória, apesar de um avanço dos conservadores, e, pela primeira vez na história, conquistou a maioria absoluta no conselho de Johannesburgo, coração financeiro e econômico do país. (JB - 28/10/88)

URSS promete soltar presos políticos

O chanceler da Alemanha Ocidental, Helmut Kohl, declarou dia 16 que a União Soviética aceita libertar antes do fim do ano todas as pessoas consideradas no Ocidente como presos políticos. Kohl disse ter recebido garantias neste sentido do dirigente Mikhail Gorbatchev, com quem manteve reuniões num total de dez horas. O político alemão fez a afirmação numa entrevista coletiva em que avaliou os resultados de três dias de conversações com os soviéticos.

Perguntando sobre quantos seriam os presos políticos no país, o ministro das Relações Exteriores da Alemanha, Hans-Dietrich Genscher, respondeu: "Não estamos em condições

de dar números definitivos". Kohl afirmou que a URSS poderá sediar uma conferência internacional sobre direitos humanos em 1991, e que seu país apóia a iniciativa. Os EUA e outros países ocidentais já se mostraram frios a essa proposta em outras ocasiões, insistindo para que haja mais progressos no terreno dos direitos humanos no país antes que se possa analisar a idéia.

Também como resultado desta visita Kohl mostrou-se otimista em relação a uma aproximação entre os dois países. "Gorbatchev disse que 'quebramos o gelo', e eu estou de acordo com ele".
(FSP - 27/10/88)

Mil presos por greve geral na Colômbia

A polícia colombiana prendeu dia 27 cerca de 1.000 pessoas, durante a greve geral de 24 horas, convocada por três centrais sindicais, na Colômbia. Uma pessoa morreu na localidade de Apartado, noroeste do país, quando uma bomba destruiu a sede da União Patriótica (coalizão de esquerda). As centrais sindicais exigiram um aumento salarial de 21,72%, o congelamento por seis meses dos preços de gêneros e serviços básicos, além do desmantelamento dos esquadrões da morte de extrema-direita, que mataram 2.226 pessoas no último ano.

O governo considerou a greve ilegal. Valendo-se do estado de sítio, decretado há quarenta anos.

o presidente da Colômbia, Virgílio Barco, ordenou a todas as emissoras de rádio e TV que só transmitissem boletins oficiais.

O ministro do Interior, Cesar Gaviria, considerou a greve "um fracasso". Mas Orlando Obregon, vice-presidente da Central Única dos Trabalhadores, uma das que convocaram a greve, afirmou que cerca de 60% dos trabalhadores colombianos cruzaram os braços "apesar da repressão". "Nem no Chile de Pinochet nem no Paraguai de Stroessner se usa tanto o terrorismo de estado contra os trabalhadores", declarou.

(JB - 28/10/88)

Governo fecha berço do Solidariedade

O governo da Polônia anunciou que fechará os estaleiros Lênin, em Gdańsk, berço da contestação sindical independente do Solidariedade, como parte do esforço de reorganização da economia. Lech Wałęsa, líder do Solidariedade e eletricista nos estaleiros Lênin, denunciou a decisão como ato de força política destinado a enfraquecer o sindicalismo oposicionista. "O Solidariedade vai defender esta empresa que é, tanto para o sindicato quanto para toda a nação, um símbolo de luta por uma Polônia nova e melhor", afirmou.

Segundo o comunicado oficial, os estaleiros deixarão de existir formalmente a 1º de dezembro, quando terá início um processo de liquidação gradual da empresa - a maior do setor na Polônia, com 11 mil operários, mas que vinha dando prejuízos, além de sofrer prolongadas greves como as de maio e agosto últimos.

"Provocação"

Lech Wałęsa afirmou que o Solidariedade,

proibido desde 1981, está pronto a assumir o controle do estaleiro e operá-lo lucrativamente. Ele denunciou a decisão - que há algum tempo vinha sendo debatida publicamente - como "uma provocação política do primeiro-ministro Rakowski contra o berço do Solidariedade".

"Não foi a economia ou a reforma econômica que levou a esta decisão, mas a política", disse. "Estou pronto a lutar em defesa das decisões certas. Sou pelas reformas, pelo verdadeiro combate aos problemas econômicos, mas não desta maneira. O fechamento dos estaleiros servirá apenas para criar tensões e conflitos, mas não trará a calma que o governo alega ser seu objetivo."

A decisão de fechar os estaleiros onde nasceu em 1980 o movimento para a criação do solidariedade é tomada quando estão em impasse as negociações para a programada mesa-redonda entre o governo e setores da oposição. (JB - 1º/11/88)

Condenados mandantes da Guerra das Malvinas

O general Leopoldo Galtieri, o brigadeiro Basílio Lami Dozo e o almirante Jorge Anaya, que em 1982 tentaram entrar para a história ao ocupar militarmente as Ilhas Malvinas (Falklands), reclamadas pela Argentina mas sob domínio da Inglaterra, acabaram ganhando um lugar na prisão. Por unanimidade, os quatro juízes da Câmara Federal de apelações de Buenos Aires o mesmo tribunal que em 1985 julgou e condenou por violação aos direitos humanos os integrantes das juntas que governaram o país durante o último período de ditadura militar condenou dia 31 os responsáveis pela guerra das Malvinas a 12 anos de prisão.

Pela primeira vez na história do país, um tribunal civil julgou a atuação dos militares em seu papel específico, ou seja, na guerra. Os três chefes militares já haviam sido julgados em primeira instância pelo conselho Supremo das Forças Armadas. Nesse julgamento Anaya recebera pena de 14 anos de prisão, Galtieri de 12 e Lami Dozo de oito. A Câmara agora entendeu que por integrarem com iguais poderes a Junta Militar que governava o país na época e por serem os comandantes em chefe das Forças Armadas, cada um teve a mesma parcela de culpa na condução da guerra.

(JB - 1º/11/88)

CNBB: estabilidade democrática em risco

O presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), d. Luciano Mendes de Almeida, divulgou dia 27 em Brasília nota em que afirma que estão aparecendo no país “as tentações de derrotismo, de individualismo oportunista e de apelo a governos autoritários ou a messianismos”. No entender da CNBB, essas manifestações são capazes de levar a retrocessos.

Essa é a primeira nota oficial da CNBB sobre conjuntura política desde janeiro último, quando a instituição criou uma polêmica com o presidente José Sarney ao afirmar que a corrupção não estava sendo combatida pelo governo. A nota do dia 27 afirma que “continua a erosão de valores morais”. A CNBB considerou ainda que a Constituição em vigor está “órfã”, porque a maioria dos parlamentares não está em Brasília para elaborar a legislação complementar.

D. Luciano defendeu a concentração de esforços da sociedade para viabilizar a implantação de um “programa nacional” que estableça “metas concretas e meios eficazes” para combater a crise econômica. “Não estamos pedindo para virar a mesa. Estamos pedindo que todos se sentem à mesa, dispostos a fazer saídas”, disse d. Luciano. O bispo afirmou que a instituição do parlamentarismo ou de um governo provisório poderiam ajudar a tornar a crise.

Após divulgar a nota, d. Luciano se reuniu, às 16h30, com o ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Leopoldo Bessone. A CNBB reivindicou ao ministro uma solução para cerca de 500 famílias “sem terra” que estão cercadas pela polícia no Maranhão, desde que invadiram, há dois meses e meio, a fazenda Terra Bela, em Buriticupu, a 490 km a oeste de São Luis. (Folha de S. Paulo - 28/10/88)

Bispos fazem desagravo a Casaldáliga em SP

Nada menos que 19 bispos brasileiros - entre eles Dom Mauro Moreli, de Duque de Caxias (RJ); Dom Valdir Calheiros, de Volta Redonda (RJ); Dom José Maria Pires, o Dom Pelé, da Paraíba (nome da arquidiocese com sede em João Pessoa (PB); e Dom Antônio Fragoso, de Crateús (CE), todas figuras exponenciais da chamada ala progressista da igreja - estiveram presentes na noite de quarta-feira, dia 26, à palestra de Dom Pedro Casaldáliga, bispo de São Félix do Araguaia (MT), a mais concorrida do encontro de teologia “Vinte anos após Medellin”, promovido pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) e pelo Centro Ecumênico de Serviços à Evangelização e Educação Popular (Cesep), em São Paulo, com o apoio de 50 entidades religiosas e civis.

Foi o maior desagravo que o bispo de São Félix do Araguaia recebeu, desde que, há algumas semanas, uma carta do Vaticano solicitou-lhe um “silêncio obsequioso” sobre temas como a teologia da libertação e a continuação de suas viagens à Nicarágua. Dom Pedro falou por quase uma hora, na igreja de São Domingos, no bairro de Perdizes, Zona Oeste de São Paulo, para uma atenta platéia de 1.500 pessoas, desenvolvendo o tema “A Igreja a ca-

minho do ano 2000 passando por São Domingos” (1992). Nesse ano serão comemorados os 500 anos da descoberta da América por Cristóvão Colombo, que aportou onde hoje é o país São Domingos. Quando começou, sua palestra, sob uma chuva de aplausos, dom Pedro mostrou, definitivamente, que dele ninguém deve esperar qualquer tipo de silêncio, muito menos o obsequioso.

Não faltaram farpas afiadas - mas sempre bem humoradas - ao Vaticano e à igreja conservadora. “Se eu ou Leonardo (Boff, o franciscano que foi punido com “silêncio obsequioso” pela Santa Sé) disséssemos que a evangelização deve se renovar no conteúdo, ganhávamos outro pito. Mas quem disso isso foi o papa”, afirmou o bispo, provocando mais gargalhadas. Para Dom Pedro, a igreja deve ter um sentimento de “remorso e auto-critica” no aniversário dos 500 anos de descoberta da América. “Remorso frente ao massacre secular coletivo dos índios e dos negros, com muita frequência em nome de Deus”. A auto-critica, para ele, deve ter como base o fortalecimento do que chama “Igreja Católica, apostólica latino-americana”. (JB - 28/10/88)

Casaldáliga: na procura do reino

Foto Douglas Mansur



O bispo de São Félix do Araguaia, D. Pedro Casaldáliga, vai escrever ao Papa João Paulo II para explicar o trabalho pastoral da diocese e eliminar qualquer dúvida quanto à sua atuação junto às comunidades. A revelação foi feita por D. Pedro em entrevista ao Aconteceu, em São Paulo, durante o lançamento de seu livro, "Na Procura do Reino".

D. Pedro revelou que o episódio das restrições pelo Vaticano já está superado e serviu apenas para reforçar ainda mais a caminhada de luta junto ao povo oprimido. Na sua opinião, a reação do Vaticano reflete uma postura de defesa de quem se sente ameaçado pela proposta nova de uma ação pastoral voltada para os interesses de uma América Latina que luta para ser independente e livre.

Na Procura do Reino é uma coletânea de textos "sobre as causas maiores da vida", sobretudo nos últimos 20 anos. O lançamento foi no Instituto Sedes Sapientes, na capital paulista, organizado pelo próprio instituto, junto com um grupo de "amigos históricos" do bispo de São Félix. O livro comemora os 20 anos da reunião de Medelin, que coincide com os 20 anos de Pedro no Brasil.

Seus próprios títulos explicam o conteúdo teológico, social e político dos textos abordando temas referentes a fé e política; fé e re-

volução; o compromisso com os povos da Terra e os povos proibidos, como os índios e os negros, ampliando fronteiras.

A sua paixão pela América Latina está explícita na proposta de continentalidade sempre com o ponto de vista do cristão que comprehende o ponto de vista do Verbo encarnado.

- Só podemos anunciar a fé se nos comprometermos com ohoje de Deus vivo, na atualidade do espírito. Ressalta Pedro.

Após passar por uma reflexão sobre a presença dos mártires, mortos e vivos, D. Pedro aborda também o tema Maria, mãe de Jesus, com uma visão pura e questionadora. Ao final, a presença de Deus/Jesus Cristo através de seus poemas (muitos deles inéditos). "Estamos na hora de recuperar Deus", disse D. Pedro.

Centenas de pessoas compareceram ao ato de lançamento do livro que começou com uma saudação a D. Pedro feita pelos componentes da mesa e terminou com uma saudação a D. Pedro feita pelos componentes da mesa e terminou com música, preparada especialmente para o ato. Ao voltar para São Félix, D. Pedro reafirmou o compromisso solidário com o povo e disse que tudo o que aconteceu reforça a sua luta.

Professores do Rio fazem greve de 24 horas

Os professores da rede estadual fizeram dia 27 uma paralisação de 24 horas de adver-tência ao Secretário estadual de Educação, Raphael de Almeida Magalhães. Florinda Lombardi, Presidente do Centro Estadual de Profissionais de Ensino (Cepe), informou que os professores reivindicam o cumprimento imediato da carta-compromisso entregue pelo Se-cretário à categoria no dia 3 de setembro.

Na carta, assinada no último dos 90 dias em que os professores estiveram em greve, os principais itens são as promessas de recupera-ção física da rede estadual, maior quantidade de ensino, além de estabelecer os pisos de 5,1 salários mínimos (Cz\$ 120.087), para os pro-fessores e 3,2 (Cz\$ 75.084) para o pessoal de apoio, ainda que parceladamente.

Raphael de Almeida Magalhães recebeu

os representantes dos professores dia 26 à tarde. A categoria tentou obter do Secretário ou-tras promessas, além do cumprimento da carta: a não municipalização do ensino, a não re-posição das aulas perdidas durante a greve e a realiza-ção de eleições diretas para diretoras das escolas. Segundo Florinda Lombardi, o Secre-tário disse que levará o decreto que regulamen-ta as eleições ao Governador Moreira Franco até a próxima semana.

Ela informou ainda que, na reunião, o Se-cretário garantiu que o pagamento da primei-ra parte do reajuste - 17 por cento, já aprova-do pela Assembleia Legislativa, sairá até o dia 5 de novembro e prometeu se empenhar para que os 40 por cento restantes sejam pagos até dezembro. (O Globo - 27/10/88)

Universidades reivindicam aumento de verbas

Um amplo movimento pela imediata apli-cação do dispositivo constitucional que garante autono-mia às universidades, inclusive para a elaboração orçamentária, foi decidido no Encontro Nacional de Pró-Reitores de Assun-tos Estudantis e Comunitários, encerrado dia 27 em Curitiba. A estratégia deve começar por um trabalho de sensibilização da comissão mista do Congresso Nacional, encarregada de aprovar o orçamento de 89, sem o qual muitas instituições públicas de en-sino superior podem fechar suas portas no pró-ximo ano.

A pró-reitora de Planejamento da Univer-sidade Federal do Paraná (UFPR), Acácia Ze-neida Kuenzer, que representa as universida-des na comissão, disse: "O governo está nos empurrando a cobrar taxas e vender serviços para que possamos nos manter. A conquista da gratuidade do ensino está comprometida". Segundo ela, o orçamento das universidades foi feito "de forma autoritária e maluca" pela Seplan, sem a análise prévia das necessidades ou a participação do Ministério da Educa-ção (MEC).

As 34 universidades federais passam por uma grave crise econômica, princi-palmente no

atendimen-to aos programas de assistência co-munitária aos estudantes, como a manutenção de restaurantes universitários, casas de estu-dantes e reformas nos prédios. Esses progra-mas, viabilizados por meio do Orçamento de Custo e Capital (OCC), contam com uma parcela de aproximadamente 8% do total pre-visto para o ensino superior e devem ser redu-zidos para 3,52% em 89.

"Tínhamos necessidade de receber um crédito de emergência de Cz\$ 97 bilhões, mas nos deram apenas Cz\$ 7 bilhões", reclama Acá-cia, lembrando que, se não houver liberação imédiata de Cz\$ 30 a 40 bilhões, as universida-des públicas ficarão inadimplentes - todas deixaram de pagar suas contas de água e luz em fevereiro.

As conseqüências da crise já se estendem por todo o conjunto das universidades e pre-judicam a qualidade do ensino e da pesquisa. Somente neste ano, foram fechadas as univer-sidades Rural de Pernambuco e Federal de Ouro Preto. Os restaurantes das univesidades do Espírito Santo, Federal e Rural do Rio de Ja-neiro e de Ouro Preto tñam bem tiveram suas ati-vidades paralisadas. (O Est. S. Paulo - 28/10/88)

Quantas escolas há no Brasil? O Mec não sabe

O Ministério da Educação não tem informações precisas sobre o número de alunos, professores e escolas do Brasil. Embora realize censos escolares anuais e conte com um departamento de 65 pessoas para cuidar de suas estatísticas, os últimos números exatos sobre o assunto são relativos a 1985. Os censos de 1986 e 1987 não estão concluídos e os dados oficiais sobre esses períodos são apenas estimados. O que pode garantir erros, distorções e prejuízos consideráveis num orçamento que, neste ano, consome 300 bilhões de cruzados.

Segundo o professor Godeardo Baquero Miguel, do Serviço de Estatística da Educação e Cultura (CEEC), do Ministério, os cálculos por estimativa podem abrigar "erros superlativos" de até 5% nas quantidades de alunos, escolas e professores. O

professor Baquero, responsável pelas estatísticas do MEC, considera, entretanto, que a falta de dados atuais precisos sobre o ensino do Brasil não cria "qualquer problema mais grave" ao orçamento. "Você está dando importância exagerada a esses números", defendeu-se explicando que o seu departamento de estatística, que assessora a Secretaria de Planejamento do MEC, tem como funções principais fornecer dados escolares para a Unesco, às embaixadas, ministérios, universidades e Congresso Nacional. Ele garantiu que "nenhum país do mundo, nem mesmo os desenvolvidos" têm estatísticas atuais sobre seus sistemas de ensino.

Três telefonemas às embaixadas da França, Cuba e União Soviética desmentiram a afirmação do professor Baquero. (Jornal da Tarde - 27/10/88)

Ministro reconhece crise na educação

O ministro da Educação reconhece que no Brasil as coisas de fato não vão bem no campo educacional. Entre os problemas agudos, Hugo Napoleão ressalta um imenso déficit de vagas no 1º Grau e as taxas de evasão e repetência que somadas, chegam aos quarenta por cento.

A primeira iniciativa a que se propõe o MEC para contornar essa realidade angustiante é a ampliação urgente do número de estabelecimentos escolares. O Governo quer construir, em 1989, meio milhão de salas de aula destinadas ao Pré-Escolar e ao 1º Grau, o que representa capacidade para acolher vinte milhões de alunos. Se concretizada essa intenção governamental, o dispositivo da Carta Magna que garante a universalização do ensino poderá, enfim, ser cumprido no País.

A problemática educacional brasileira é, porém, muito mais complicada, conforme resultado de

uma pesquisa do MEC aplicada no Distrito Federal e em nove estados. Ficaram comprovadas deficiências no ensino básico, evidenciadas, principalmente, nas dificuldades curriculares e de aprendizagem.

Num País de quatorze milhões de analfabetos, segundo as estatísticas oficiais recusadas por muitos especialistas - eles fazem projeções superiores a trinta milhões de pessoas; os dilemas da educação começam no cumprimento do artigo 60 das Disposições Transitórias da nova Carta Constitucional, que manda repassar ao setor cinquenta por cento dos recursos originários de impostos. Ocorre que mais de oitenta por cento dos valores correspondentes a tais recursos são consumidos pelas universidades. E o ministro ainda não sabe como proceder para cumprir o preceito da Constituição sem deixar à míngua os estabelecimentos universitários. (Correio Brasiliense - 21/10/88)

Ipea mostra que verbas são mal gastas

Relatório do Ipea mostra que verbas são mal gastas

A mais costumeira cantilena sobre a escola pública brasileira reza que o único antídoto para os problemas da educação no país é aumentar o volume de verbas. Um relatório de 320 páginas sobre os investimentos do governo federal nas áreas de educação e cultura em 1987, divulgado na semana passada e assinado pelo Ipea - Instituto de Planejamento Econômico e Social, órgão da Secretaria do Planejamento, aponta uma doença ainda maior que a escassez de recursos: a má aplicação das verbas do governo na área de educação. O documento prova que os gastos federais com a universidade aumentaram 110% - em valores reais, descontada a inflação - nos últimos quatro anos. As escolas superiores continuam a passar por dificuldades porque, no mesmo período, viram crescer enormemente sua fo-

lha de pagamento. Segundo os números do Ipea, há um funcionário administrativo para cada quatro estudantes universitários.

No capítulo sobre o 1º grau, o estudo mostra que há muito mais crianças sem acesso à escola na zona rural que nos centros urbanos. O problema é ainda mais dramático nos Estados nordestinos - 70% das crianças que não frequentam escolas vivem no Nordeste. Na Escola Estadual José Barata, na cidade pernambucana de Vicência, a 85 quilômetros do Recife, no início do ano, 32 alunos matricularam-se nas duas primeiras séries da escola. Na semana passada, apenas nove deles ainda frequentavam as aulas. "Está faltando merenda, e os alunos desistem do colégio para trabalhar na roça", afirma a funcionária da escola Josefa da Fonseca. (VEJA - 26/10/88)

PM usa bombas para reprimir grevistas da USP

Fotos Bel Pedrosa



Professores, funcionários e alunos da USP, Unicamp e Unesp durante a passeata; abaixo, o batalhão de choque da PM

Com bombas de gás lacrimogêneo, cassetetes e espadas, soldados da tropa de choque da Polícia Militar impediram dia 27 à tarde a passagem de cerca de cinco mil professores, alunos e funcionários das três universidades estaduais paulistas (USP, Unesp e Unicamp) que se dirigiam ao Palácio dos Bandeirantes para fazer uma manifestação em apoio à greve, iniciada há mais de um mês. Houve pelo menos nove feridos. Essa foi a intervenção policial mais violenta contra manifestantes ligados à Universidade em São Paulo nos últimos dez anos. Os protestos visavam exigir do governo estadual uma solução para as reivindicações dos docentes e funcionários da USP, Unesp e Unicamp, em greve há mais de um mês.

Celso Ricardo Miranda, 21, estudante da Escola de Comunicações e Artes da USP, foi pisoteado por cavalos da tropa de choque da PM e recebeu pancadas de cassetetes de borracha na cabeça. Ele desmaiou no local e entrou em convulsão. Atendido, foi internado no Hospital Universitário. Foram registrados também casos de queimaduras devido à explosão de bombas de gás lacrimogêneo, traumas e cortes.

Protesto

A manifestação começou às 15h em frente à Faculdade de Educação da USP (Cidade Universitária, zona oeste de São Paulo). Lá se reuniram os funcionários e docentes da USP e da Unicamp, que em-

barcaram em 56 ônibus e vários carros em direção ao Palácio dos Bandeirantes (sede do executivo estadual, zona sul de São Paulo). A caravana foi interrompida por uma tropa de choque da PM esquina das avenidas Morumbi e Giovanni Gronchi.

Ao descerem dos ônibus, sem motivo aparente, a polícia começou a agredir os cerca de 300 professores, alunos e funcionários com bombas de gás lacrimogêneo, cassetetes e espadas. Antônio Miranda dos Santos, 44, tesoureiro da Associação dos Servidores da USP foi preso no 34º Distrito Policial de Vila Sônia (zona oeste de São Paulo) depois de receber ferimentos na cabeça. Algumas horas depois, ele foi liberado. Em 6 de abril de 1983, logo após a posse de Franco Montoro no governo do Estado de São Paulo, uma manifestação de desempregados, no mesmo local, derrubou as grades que cercam o Palácio dos Bandeirantes.

O secretário de Estado de Segurança Pública, Luiz Antônio Fleury Filho, justificou a ação da polícia dizendo: "Aqui (Palácio dos Bandeirantes) ninguém se manifesta". Segundo ele, "os policiais agiram dentro da mais absoluta correção". Fleury classificou a manifestação como mais um ato de "provocação política" e defendeu sua tese citando a presença de um candidato a vereador de um partido político. Ele se referia a Eduardo Matarazzo Suplicy, candidato pelo Partido dos Trabalhadores. "Todo mundo sabe que manifestações em frente ao Palácio são proibidas. Isso vai se repetir todas as vezes que se tentar", afirmou. Segundo o secretário, havia um policial "machucado". (FSP 28/10/88)